

Qualidades na historiografia: notas sobre as hierarquias das qualidades usadas para designar os chefes praticantes das atividades manuais e mecânicas nos Mapas Populacionais de Minas Gerais, 1831-1832*

Qualities in historiography: notes on the hierarchies of qualities used to designate the heads of households practicing manual and mechanical activities in the Population Maps of Minas Gerais, 1831-1832

Rodrigo Castro Rezende¹

rcrezende@id.uff.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0823-6232>

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as qualidades atribuídas à população de Minas Gerais através dos Mapas Populacionais, de 1831 e 1832, que se encontram digitalizados pelo CEDEPLAR/UFMG. Esta documentação, riquíssima em dados demográficos, foi desenvolvida com a finalidade de se construir um extenso levantamento sobre a população mineira do período em apreço. Os dados levantados serão cotejados com diversas pesquisas feitas sobre as qualidades das populações em todo o Brasil Colonial e Imperial, levando-se em conta a posição dos chefes dos domicílios, mais especificamente aqueles que estavam em atividades manuais e mecânicas. Desenvolver-se-á, assim, uma análise mais detida a respeito de três qualidades: brancos, crioulos e pardos/mulatos. Pela historiografia, os termos designados aos atores históricos constituíam uma certa hierarquia, balizada pela “condição legal”, principalmente. Com isso, o presente estudo pretende preencher algumas lacunas existentes e questionar como os estudos historiográficos sobre as qualidades e as mobilidades sociais têm sido interpretados. A meu ver, estas pesquisas foram analisadas sempre de modo generalizante, escapando aos leitores questões específicas relacionadas ao espaço, ao tempo e às fontes utilizadas nas pesquisas.

Palavras-chave: historiografia, mapas populacionais de 1831 e 1832, qualidades, chefes de domicílios e atividades manuais e mecânicas.

Abstract: The aim of this article is to analyze the qualities attributed to the population of Minas Gerais, through the Population Maps of 1831 and 1832, which has been digitized by CEDEPLAR/UFMG. This documentation, very rich in demographic data, was developed with the purpose of building an extensive survey of the population of Minas Gerais in the period in question. The data collected will be compared with several studies on the qualities of populations throughout Brazil's Colonial and Imperial Period, taking into account the position of the heads of households, more specifically those who performed manual and mechanical activities. Thus, a more detailed analysis of three qualities will be developed: whites, creoles and pardos/mulattos. By historiography, the terms attributed to historical actors constituted a certain hierarchy, marked mainly by the “legal condition”.

* Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Douglas Cole Libby (UFMG) pela inestimável ajuda neste trabalho.

¹ Departamento de História, UFF – Campos dos Goytacazes. Rua José do Patrocínio, n.º 71, Centro, 28010-385 Campos dos Goytacazes – RJ

Thus, the present study aims to fill some existing gaps and question how historiographic studies on qualities and social mobility have been interpreted. In my view, these pieces of research have always been analyzed in a generalizing way, so that readers have missed specific questions related to space, time and the sources used in research.

Keywords: historiography, population maps of 1831 and 1832, qualities, heads of households and manual and mechanical activities.

Considerações iniciais

No presente artigo, analisarei os dados contidos nos Mapas Populacionais de Minas Gerais (1831-1832), retirados da base de dados do CEDEPLAR². A partir disso, dialogarei com a historiografia existente sobre as qualidades atribuídas aos indivíduos, sobretudo a partir dos chefes de domicílios listados como brancos, crioulos e pardos/mulatos, que desenvolviam “atividades manuais e mecânicas”³. Dentre os artífices, observarei as questões de relações com a chefia, tamanho dos domicílios e quantidade de escravos na perspectiva de averiguar a relação entre o número de indivíduos sob a tutela de chefes e as qualidades atribuídas aos mesmos.

A escolha dos artífices, como poderá ser visto adiante, deve-se ao fato de que nestes ofícios a mobilidade social era, aparentemente, mais palpável. Diferentemente de outros setores econômicos, as “atividades manuais e mecânicas” tinham uma quantidade considerável de chefes listados como pardos/mulatos e crioulos, além dos brancos, é claro. Isso significa que, na depuração dos dados, este setor era o mais “equilibrado” em se tratando das distribuições entre as qualidades.

Conquanto os termos, os conceitos e as categorias possam assumir significados distintos de acordo com os contextos espacial e temporal (Paiva, 2016, p. 72-73), para o presente artigo, utilizarei o termo qualidade como indicativo de “posição social” e não como sinônimo de classificações fenotípicas ou “raciais”. Contudo, ressalto que o termo qualidade surgiu na Península Ibérica e explicava a “pureza de sangue”, sendo, posteriormente, transportado para as Américas portuguesa e hispânica (Forbes, 1988, p. 128; Zuñiga, 1999, p. 441-443; e Viana, 2007, p. 37).

Posteriormente, em um dado momento do século XVII, as qualidades começam a informar uma suposta hierarquia social, que, ao mesmo tempo, era móvel (Paiva, 2015, p. 127-136). Este dispositivo taxonômico da população continuou a existir pelo menos até a primeira metade do Oitocentos (Guedes, 2008, p. 93-126)⁴, quando parece ter se alterado de forma significativa (Ivo e Santos, 2016).

Dito isso, a minha hipótese é que, entre os artífices, malgrado vigorasse a hierarquia social das qualidades propaladas pela historiografia (o que debatarei no próximo subitem), havia espaço para que, não raro, chefes crioulos e pardos/mulatos se assemelhassem aos brancos, relativizando a ideia de uma “hierarquia das qualidades”. Assim, não apenas parece que a qualidade não mudava, como também ocorria de crioulos serem chefes de brancos e terem escravos pardos/mulatos.

Na minha perspectiva, embora em não raras ocasiões haja discrepâncias entre os dados e os estudos fomentados, aponto que há interpretações generalizantes sobre as pesquisas por parte dos leitores. Assim, as análises tecidas sobre um determinado contexto, em uma região específica e com uso de fontes pontuais, foram generalizadas para todos os indivíduos não brancos, em mobilidades sociais, e suas relações com as qualidades atribuídas⁵.

Para discutir essas questões, partirei de um quadro sucinto da historiografia sobre as qualidades; depois, apresentarei as fontes utilizadas para o presente artigo; e, por último, discutirei os dados levantados, cotejando-os com a literatura sobre a temática em tela. Em suma, parece haver lacunas deixadas entre os estudiosos, e os achados para o presente artigo apresentaram algumas delas, relativizando, assim, os estudos historiográficos e as formas como estes foram tomados pelos leitores.

² Os originais dos Mapas Populacionais de 1831 e de 1832 se encontram no Arquivo Público Mineiro (APM) e foram transcritos para computador, formando uma imensa base de dados, dividida por fogos e encabeçadas pelos denominados chefes de domicílios, podendo ser acessada através do endereço eletrônico <<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>> (Rodarte, 2008, p. 23 e p. 148). Cabe destacar que, como utilizei a base de dados no presente artigo, não há referências sobre as paginações do acervo original e, por isso, os exemplos citados no presente artigo poderão ser acessados através da busca pelo distrito no endereço eletrônico citado acima. Fogos poderiam ser definidos como unidades domésticas subordinadas a um chefe de família. Assim, em um fogo havia mais de uma residência, cujos moradores se submetiam ao controle do chefe, que podia ou não ser parente ou membro de sua família. O termo fogo também seria sinônimo de domicílio (Corrêa, 2017, p. 16).

³ A palavra chefe refere-se à pessoa, independentemente do gênero, que respondia por um domicílio e, portanto, era hierarquicamente superior aos demais membros (Rodarte, 2008, p. 22-25).

⁴ Ressalto que os termos como brancos, pardos/mulatos e crioulos, por exemplo, não expressavam os fenótipos propriamente ditos, mas uma categorização social. Com isso, poderia haver pessoas de qualidade branca, mas de fenótipo pardo/mulato e, até mesmo, crioulo, preto/africano, mestiço, entre outros (Barros, 2014, p. 128-144).

⁵ Entretanto, deixo claro que as generalizações, nos autores criticados, são muitas vezes estratégias cognitivas de compreensão dos usos das denominações a partir de fenótipos e de visões de sociedade.

As qualidades da população nos estudos historiográficos

Hebe Mattos foi uma das precursoras no estudo da temática, tornando-se uma referência “clássica”. Ao estudar a corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, através dos processos crimes, afirmou que as qualidades estavam balizadas por uma grande mobilidade social, em que indivíduos que poderiam ser chamados de crioulos em dado momento apareceriam, em períodos posteriores, como pardos e, então, teriam as “cores silenciadas”. Destaca-se no trabalho de Mattos que a dita mobilidade social se refletia na alteração das qualidades, sobretudo em um nível geracional (Mattos, 2013, p. 104-106)⁶.

Sheila de Castro Faria, pesquisando as regiões de Campos dos Goytacazes e de São João del Rei, entre os séculos XVIII e XIX, através de testamentos, inventários e cartas de alforria, acaba por assumir uma posição próxima à de Mattos, porém insere questões mais específicas: o termo preto seria aplicado tão somente ao africano; e a palavra crioulo se referia a um escravo nascido no Brasil de ascendência africana (Faria, 1998, p. 136-138; e Faria, 2004, p. 6).

Em tese de livre-docência apresentada à Unicamp, no ano de 2004, Sílvia Hunold Lara, explorando uma gama variável de fontes, principalmente as de natureza jurídica (libelos cíveis, autos de crimes, processos crimes, entre outras), para Salvador e Rio de Janeiro, entre o final do Setecentos e início da centúria seguinte, afirmou que os crimes e as penas atribuídas aos indivíduos dependiam de uma série de questões relacionadas às suas qualidades. Além disso, o “silenciamento” das qualidades, na maior parte das vezes equacionado à brancura, poderia estar encobertando as mais diversas origens. Todavia, as qualidades informavam as condições legais dos indivíduos (livre, liberto e escravo) (Lara, 2004, p. 155-158).

Em outro trabalho, usando fontes de mesmo escopo, porém centrado na Província do Rio de Janeiro, entre o final do XVIII e começo do XIX, Lara verticaliza a sua hipótese, afirmando que as qualidades atribuídas, também, dependeriam de uma gama de posições individuais dentro das redes clientelares. O clientelismo realçaria o fato de que tais nomenclaturas poderiam ou não ser utilizadas como “armas políticas”. Desse modo, a autora não apenas retoma a ideia de hierarquização das qualidades, como também demonstra os seus usos políticos (Lara, 2008, p. 373-374).

No ano de 2008, com a obra *Egressos do cativo*, Roberto Guedes explorou a polivalência das mobilidades

sociais. Ao se debruçar sobre os censos populacionais de Porto Feliz, São Paulo, entre os anos de 1798 e 1850, Guedes foi capaz de verificar as variações de qualidades atribuídas a determinados personagens de época, explicando que havia uma mobilidade social tanto ascendente quanto descendente (Guedes, 2008, p. 89-98). Em um caso em especial, o de Plácido das Neves e suas esposas, entre os anos de 1798 e 1843, Guedes demonstrou que a cor dele e de suas diferentes consortes variaram de branco para pardo e vice-versa aos sabores do acaso (Guedes, 2008, p. 101).

Em outro trabalho, que reafirma os seus achados anteriores, Guedes analisa o caso de dois irmãos portugueses recém-casados com duas irmãs pardas, na Matriz da Candelária, na Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, para o final do Setecentos. Estes homens tiveram suas qualidades anotadas como pardas pelo pároco local na certidão de casamento, em uma clara evidência de mobilidade social declivada (Guedes, 2014, p. 339-350).

Cacilda Machado, também em 2008, analisou a região de São José dos Pinhás-PR, entre os últimos anos do século XVIII e início da centúria seguinte, utilizando Listas Nominativas de Habitantes. De acordo com essa autora, haveria distinções regionais em se tratando das qualidades (Machado, 2008, p. 222). Assim, os denominados pardos tinham, de fato, uma certa ascensão social, porém, para a localidade estudada, estes ficavam restritos à categoria de agregados, mesmo que fossem em sua maioria, do sexo feminino e em idade infantil ou jovem (Machado, 2008, p. 214-215).

Para Minas Gerais, o primeiro trabalho que analisou as qualidades, pelo menos de que eu tenha notícias, foi o de Douglas Cole Libby. Ao estudar a região da Vila de São João del Rei, através das listas de batismos, Libby não apenas reafirmou as posições anteriores de hierarquização das qualidades, a identificação do elemento pardo como livre e o preto como sinônimo de “africano”, mas sugeriu dois pontos novos: no primeiro, demonstrou que “a designação de crioulo não se aplicava apenas a uma única geração nascida de pais africanos, nem se confundia, junto com o termo preto, com a condição de cativo, como quer Mattos”; e que houve um gradativo “empardecimento” da população negra, como um resultado “natural” das fontes, existindo de forma paralela a redução das qualidades a branco, a pardo e a crioulo, praticamente (Libby, 2010, p. 41-49).

Ao estudar os dicionários da Península Ibérica e das Américas portuguesa e hispânica, do século XVI ao XVIII, juntamente com os testamentos e inventários para as Minas Gerais setecentistas, Eduardo França Paiva procurou desenvolver conceitos retirados diretamente das etimologias que

⁶ A primeira edição é de 1995.

apareceram nas fontes. Assim, o autor demonstrou como a construção das qualidades no decorrer do tempo partiu de conceitos previamente existentes na Espanha e em Portugal, e que estes foram readaptados às realidades das Américas. No que se refere às qualidades dos indivíduos, Paiva reafirmou algumas posições anteriores, sobretudo as dos crioulos, pardos, mulatos, mas destacou que as qualidades de maneira geral passariam de uma informação de uma suposta “(im) pureza de sangue” para um status social e condição legal dos indivíduos (Paiva, 2015, p. 127-136). Em outro trabalho, Paiva, novamente ao estudar as Minas Gerais do século XVIII, com testamentos e inventários, concluiu que o preto seria um termo aplicado ao africano liberto (Paiva, 2016, p. 71).

Em 2016, Ivo e Santos analisaram as qualidades da população do Sertão da Ressaca, Província da Bahia, no século XIX, cotejando o Recenseamento Geral do Império de 1872 com inúmeros inventários *post-mortem* do Oitocentos. Neste artigo, reafirmam as posições até aqui construídas de que as categorias utilizadas para classificar as pessoas eram sociológicas, afastando novamente a percepção fenotípica do fenômeno para o início do Oitocentos. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, houve uma simbiose entre os aspectos sociais e biológicos, estando as qualidades de mulatos, pardos, cabras, pretos, crioulos etc. a identificarem indivíduos “não brancos” (Ivo e Santos, 2016, p. 127-129).

A partir desse quadro resumido da historiografia brasileira que se debruçou sobre os estudos das qualidades das populações de diferentes regiões do Brasil nos períodos colonial e imperial, utilizando fontes das mais diversas, poderia apontar que as teses são consensuais em haver uma hierarquia social balizada pelas denominações de qualidade e que estas se alteravam de acordo com a mobilidade social do sujeito; que as qualidades não tinham ligações com a pigmentação da pele propriamente dita e que informavam algum tipo de mobilidade social ascendente ou não, havendo certa hierarquização social e econômica entre as qualidades. Antes, porém, de cotejar os resultados desses estudos com os dados levantados por mim, passarei a discutir sobre os Mapas Populacionais de 1831-1832.

As listas nominativas como fontes para nossas considerações

Os Mapas Populacionais foram organizados por fogos, trazendo as seguintes informações acerca dos in-

divíduos neles residentes: nome, sexo, qualidade/origem e idade, condição legal, ocupação. Estas variáveis auxiliam a dimensionar os tamanhos das famílias, dos domicílios, das posses de escravos pertencentes aos chefes e das configurações das relações de moradores com os respectivos chefes. Ademais, podem-se realizar análises tanto em nível geral quanto regional, pois as listas nominativas de habitantes estão dispostas por distritos de paz⁷.

Apesar dos desafios serem muitos, os Mapas Populacionais são riquíssimos em termos de dados sobre a população que viveu em Minas Gerais no início da terceira década do século XIX, totalizando 410.050 indivíduos. Essa documentação reúne uma das maiores abrangências da população mineira do período protoestatístico, somando 59% dos distritos mineiros, com 242 localidades. Com efeito, abarcou algo em torno de três quintos dos habitantes mineiros do período em tela, e as melhores coberturas se encontram em regiões tidas como de nível econômico mais elevado (Andrade, 2001, p. 70).

Boa parte das deficiências das listas nominativas de habitantes é fruto da sua própria natureza. Em ofício de 1831, o governo provincial solicitou aos juízes de paz uma relação nominativa de todos os moradores de seus respectivos distritos, divididas por fogos. Apesar de o referido ofício ter incluído um modelo de confecção das listas, os juízes de paz e seus assistentes tendiam a cumprir a tarefa a modo próprio (Corrêa, 2017, p. 20). Daí falta aos levantamentos distritais uma padronização, o que dificultava as análises de algumas variáveis, como, por exemplo, as ocupações.

Além disso, algumas questões são importantes de serem levantadas. Em não raros casos encontrei indivíduos que estavam nos fogos cujas informações sobre as condições legais, as qualidades e as relações com os chefes, simplesmente, não foram descritas. Do mesmo modo, em se tratando das qualidades, parece ter ocorrido a tendência de regionalizar as classificações da “população de cor” (Gráfico 1).

Tomando como exemplos as qualidades de cabras e mulatos, acrescidos daqueles que não tiveram classificações apresentadas, visualizo a ausência de padronizações dos arroladores. Do total de 6.296 cabras encontrados na documentação, quase 45% foram listados em Sabará e na Vila do Príncipe; os mulatos, que totalizaram tão somente 655 habitantes, concentraram-se em Campanha (94,50%), ao passo que os 12.127 habitantes cujas qualidades foram “silenciadas” estão superestimados na Vila do Príncipe e em Tamanduá, com 58,77% e 15,88%, respectivamente. Estes dados são sintomáticos das regionalizações das clas-

⁷ O “distrito de paz” parece ter correspondido às paróquias/freguesias já existentes quando da criação do cargo de Juiz de Paz em 1827 (Rodycz, 2003, p. 35-72).

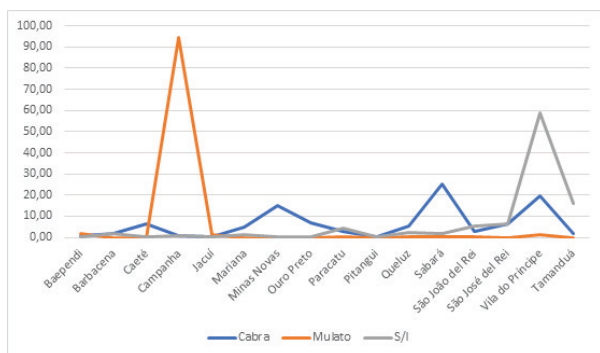


Gráfico 1 – Distribuição regionalizada dos indivíduos das qualidades cabra, mulato e sem informação (S/I). Minas Gerais, 1831-32

Fonte: APM, Mapas Populacionais de Minas Gerais, 1831-32.

sificações e, ao mesmo tempo, da inexistência de padrões nos critérios adotados pelos arroladores.

Com relação às atividades praticadas pelos habitantes, a base de dados apresenta 850 categorias. Muitas se repetiram com relação à atividade principal dos chefes, mas havia diferenças nas atividades secundárias destes. Ilustrando a questão, o chefe que era “lavrador, criador e curtidor de couros e cultura” recebeu o código 644, ao passo que o “lavrador, cultura, engenho, criação de gado vacum e cavalari” foi alocado com o código 645. Esses e outros casos parecidos foram todos incluídos por mim na ampla categoria de agropecuária.

Como se vê no Quadro 1, estabeleci dez setores ocupacionais, com base no estudo de Godoy e Paiva: “Agropecuária”, “Mineração”, “Atividades manuais e

Quadro 1 - Classificação das ocupações do Censo de 1831-32 em setores e subsetores

100 Agropecuária 101 Agricultura 102 Agroindústria 103 Pecuária 104 Atividades agrícolas em geral 105 Associações I 106 Associações II	500 Serviços domésticos
200 Mineração 201 Mineração 202 Associações I	600 Funções Públicas 601 Civis 602 Militares 603 Igreja 604 Associações I
300 Atividades manuais e mecânicas 301 Artífices em madeiras 302 Artífices em metais 303 Artífices em couros e peles 304 Artífices em barro 305 Artífices em fibras 306 Artífices em fiação e tecelagem 307 Artífices em tecidos 308 Artífices em edificações 309 Outros artífices 310 Associações I 311 Associações II	700 Outros setores 701 Extrativismo 702 Assalariados 703 Controle do trabalho escravo 704 Educação 705 Saúde 706 Transportes 707 Outras atividades 708 Associações I 709 Associações II
400 Comércio 401 Comércio fixo 402 Comércio de tropas 403 Associações I	800 Desocupados 801 Deficientes, enfermos e idosos 802 Indigentes 803 Sem ocupação
	900 Associações Ocupacionais
	1000 Indeterminados* 1001 Sem informações 1002 Ocupações inteligíveis 1003 Escravos fugidos

Fonte: GODOY e PAIVA, 2010, p.169.

* Setor e subsectores inseridos pelo autor.

mecânicas”, “Comércio”, “Serviço doméstico”, “Funções públicas”, “Outros setores”, “Desocupados”, “Associações ocupacionais”⁸ e “Indeterminados”. Esta última foi inserida por mim para que tivesse como enquadrar as ausências próprias das fontes. Este “setor” abrigou principalmente os indivíduos sem informação quanto à ocupação, os de ocupações “ininteligíveis” e os “escravos fugidos”.

Neste ponto, há duas considerações importantes: ocorreu certa regionalização das ocupações, e as “indeterminações” são acidentais e incidentais. Tudo isso estaria dentro da própria estrutura econômica mineira de diversificação de suas atividades, assim como da já propalada falta de padrões dos juizes de paz (Godoy e Paiva, 2010, p. 171-173); e a segunda tem relação com a hierarquização dos fogos. Segundo Rodarte, utilizando a ideia de fogos plurifuncionais, as atividades econômicas de maior prestígio social ou hierarquicamente mais elevadas estariam com os chefes, embora fosse praticada uma gama enorme de atividades nos fogos. Assim, os demais membros dos fogos teriam suas ocupações condicionadas às práticas econômicas desenvolvidas pelos chefes, fazendo com que só aparecessem as ocupações das chefias (Rodarte, 2008, p. 220).

Para efeitos metodológicos, penso que, ao adotar uma análise mais geral sobre Minas Gerais e me debruçar apenas sobre os setores econômicos em que os chefes foram listados, não tecendo discussões mais centradas nos demais membros dos fogos, diminuirei os impactos das distorções dos dados nesse estudo. Por outro lado, a questão da superestimativa regionalizada dos indivíduos de qualidades não informadas, em conjunto com aqueles cujas classificações são locais, deve ser enfrentada de maneira mais cuidadosa, o que passarei a considerar no próximo item.

Qualidades e soluções metodológicas dos Mapas Populacionais

Nos Mapas aparecem as qualidades de branco, caboclo, cabra, crioulo, índio, mestiço, mulato, pardo e preto, além de várias designações que remetiam às nações africanas. Havia também uma quantidade substancial de pessoas não rotuladas de acordo com sua qualidade. Esta falta de designação geralmente é interpretada por estudiosos especializados como indicativa de brancura ou, se se quiser, ascensão social (Mattos, 2013, p. 106; Faria, 1988; Faria, 2004; e Lara, 2004). Na verdade, a falta de informação

constitui um problema sério para todos que se debruçam em documentos protoestatísticos como os Mapas.

Na suposição consensual – mas nunca verificada empiricamente – de que a não identificação por qualidade equivalesse a declarar estes arrolados como brancos ou embranquecidos, podem-se somar os indivíduos da categoria “sem informação” que, por desleixo do arrolador, simplesmente não tiveram sua classificação designada. Malgrado eu ter demonstrado haver diferenças regionais, é discutível se os indivíduos de “cor silenciada” eram pessoas alforriadas, livres ou brancos pobres, ainda mais para a primeira metade do século XIX mineiro. É possível que o fenômeno do “silenciamento das cores” tenha ocorrido por questões incidentais, inverificáveis na documentação, o que me forçou a demonstrar essa categoria, mas sem tecer considerações de modo a ter efeitos diretos sobre as amostragens.

Fruto da intensa mestiçagem que tanto marcou as Minas Sete e Oitocentistas, os pardos representariam a população de cor com a mais direta ascendência social. Diante da prevalência do uso da designação “pardo” nos Mapas, é difícil entender por que, vez por outra, utilizou-se a designação “mulato”, já que, grosso modo, ambos se referiam à mistura de brancos (de ascendência europeia) com africanos ou afrodescendentes negros (Bluteau, 1712-1728, v. 9, p. 265 e p. 628; Silva, 1813, v. 2, p. 327 e p. 398; e Pinto, 1832, s/p). A realidade, diria, cromática/racial era bem mais complexa do que implica esta definição da simples mistura de origens africanas e europeias. O acúmulo das evidências, cada vez mais, vem demonstrando que a designação “pardo” tendia a incluir as mais variadas mesclagens imagináveis, aproximando-a da noção contemporânea de mestiço, ou seja, infindáveis combinações de origens e de ascendências, bem como as consequentes e constantes transformações culturais (Viana, 2007, p. 35-36). Ao mesmo tempo e acrescentando mais um elemento de complexidade ao rótulo “pardo”, é preciso reconhecer que ele poderia ser empregado como um meio de encaminhar pessoas de cor em direção ao embranquecimento social – processo este geralmente ocorrido de forma geracional. Posso concluir que a designação “pardo” foi, ao mesmo tempo, a mais inclusiva das representações identitárias empregadas no período em foco e, por isso mesmo, a mais enigmática.

Para o presente artigo, como o número de mulatos é ínfimo, representando 0,16% da população listada, e de uso, praticamente, regionalizado, unifiquei as duas categorias em pardo/mulato, de modo a tornar mais didática a apresentação. Além disso, dada a quantidade irrelevante de

⁸ Foram alocados nas “Associações ocupacionais” os indivíduos arrolados como pertencendo a mais de um setor. Já nas Associações que pertencem a um setor em específico, foram listados os chefes que praticavam atividades em dois ou mais subsectores.

mulatos frente ao total de habitantes, optei por não tentar demonstrar possíveis diferenças entre os dois grupos, uma vez que incorreria em deformações interpretativas.

Os Mapas incluíam um contingente nada desprezível de pessoas – quase todas escravizadas – identificadas de acordo com suas nações africanas. Pode-se especular que a suposta ilegalidade do tráfico para o Brasil tivesse imposto certa cautela aos juízes de paz responsáveis pelos arrolamentos, fazendo com que deixassem de registrar indícios mais precisos quanto à origem de escravos africanos. Optou-se nos Mapas, e com bastante frequência, pelo rótulo “preto/a”, o qual ainda era carregado por uma identificação genérica com origens africanas. Em outras palavras e apesar de mudanças semânticas já em curso, preto ainda era sinônimo de africano. Independentemente do motivo da escolha da designação “preto”, encontrei como saída metodológica reunir africanos e pretos em uma só categoria: “africanos/pretos”.

Os Mapas ainda demonstram algumas categorias sociais que serviram de classificação para uma parcela muito reduzida da população mineira, como foram os casos dos índios, dos mestiços, dos caboclos e dos europeus (Inglaterra, França, Portugal e demais regiões). A minha escolha foi a de formar um único grupo denominado de “outros”.

Em função das complicações verificadas acima no que diz respeito às classificações e na busca de tornar a minha análise mais consistente, daqui em diante pretendo organizar a população nas seguintes grandes categorias: brancos, pardos/mulatos, africanos/pretos, crioulos, cabras, outros e sem informação (Quadro 2). Essa categorização, a princípio, garantirá uma ênfase maior nas classificações dadas à população que constam nos Mapas, assim como permitirá a verticalização nas análises sobre o setor de “Atividades manuais e mecânicas”, que será estudado. Assim, a diminuição, a agregação e a reclassificação da população possibilitarão ao leitor visualizar as dinâmicas que envolveram os habitantes classificados como crioulos e pardos/mulatos das Minas Gerais dos anos de 1830.

A escolha dessas duas qualidades (crioulos e pardos/mulatos) inseridas no setor composto pelos artífices se deve a dois fatores principais: primeiro, ao estudar os praticantes de ofícios mecânicos de Minas Gerais, entre 1750 e 1808, Meneses alerta sobre a relação entre trabalho e hierarquias sociais. Se, no Antigo Regime do início do período moderno, o status social do ofício mecânico teria sido ambíguo, ao se situar entre os pobres desclassificados e uma nobreza hereditária, no solo da Colônia tal ambiguidade aumentaria quase que exponencialmente. É que, desde cedo, escravos e forros, africanos e seus descendentes praticavam todo o leque de ofícios que assegurava uma oferta de bens e serviços fundamentais para a tranquilidade da sociedade como um todo. Neste caso, a flexibilização

Quadro 2: Classificação da população mineira encontrada nos Mapas Populacionais de 1831-32, por origens e por qualidades.

Africanos/Pretos	Qualidades
Africa Ocidental	Branco
Guiné	
Malê	
Mina	
Nagô	
Sabarú	
Africa Centro-Ocidental	Pardo/Mulato
Angola	
Bamba	
Benguela	
Cabinda	
Cacunda	
Cassange	
Congo	
Gangorra	
Ganguela	
Luanda	
Massangano	
Mofumbe	
Monjolo	
Quissamã	
Rebolo	
São Thomé	
Songo	
Tapa	
Africa Oriental	Crioulo
Inhambam	
Moçambique	
Outras Nações	Cabra
Africano	
Costa	
Nação	Outros
Preto	
	Caboclo
	Europeu
	Índio
	Mestiço
	Sem Informação
	Apenas o nome próprio
	“Caza fechada”
	Escravo (a)
	Livre
	Forro
	(...)

Fonte: Gráfico 1.

das hierarquias sociais se impôs diante de uma realidade multicolorida e de variadas condições legais. Com o passar do tempo, os ofícios se tornariam um terreno “empardecido”, muito embora nunca excluísse nenhuma condição ou qualidade (Meneses, 2013, p. 205-212); e, segundo, o trabalho manual ou aquilo que era denominado de “defeito mecânico” em Portugal seria uma forma de um não branco ascender socialmente nas paragens americanas. Daí que possibilita averiguar a ascensão dos negros nessas atividades econômicas (Guedes, 2008, p. 80-94).

“Defeito mecânico” e ascensão social

O arranjo dos dados dispostos na Tabela 1 representa uma aproximação da estrutura ocupacional da Província no início da década de 1830. Os indivíduos

classificados como brancos, pardos/mulatos, crioulos e “Demais”⁹ foram alocados nos setores das atividades econômicas praticadas pelos chefes de domicílios e divididos pela qualidade designada para cada um destes.

Desse modo, os 410.050 habitantes de Minas Gerais entre 1831 e 1832 foram divididos em 62.842 fogos, com média de 6,53 residentes por domicílio. A atividade de “Agropecuária” se destaca por concentrar as maiores quantidades de chefes e de moradores, com uma média alta: 27.829, 227.586 e 8,18, respectivamente. O setor de “atividades manuais e mecânicas”, foco do presente trabalho, apresentou a segunda maior concentração, com 15.464 domicílios e 68.245 moradores, sendo a média de 4,41 pessoas por domicílio.

Outros setores importantes foram os de Comércio e de “Outros setores”. No primeiro, somaram-se 29.143 indivíduos. A composição de domicílios assim definidos foi dominada por brancos e pardos/mulatos, que juntos perfaziam quase três quintos dos residentes neles compilados, havendo participações dos crioulos e dos demais grupos. Nos domicílios com chefes de “Outros setores”, que tiveram a terceira maior concentração de domicílios, com 4.706 e com quase 20.000 residentes, a maior parte das chefias era pardas/mulatas, seguidas por brancos. No setor de “Indefinidos”, destacaram-se os pardos/mulatos, os brancos e os crioulos. Embora tivesse uma importância destacada sobretudo para pardos/mulatos e crioulos dentre outros setores ocupados por chefes dessas qualidades, a

quantidade de brancos foi ínfima. Acredito que algumas pessoas do setor de “Indefinidos” poderiam, na prática, estar alocadas aqui simplesmente como “Assalariados”.

Como seria de se esperar, os brancos tiveram a maior quantidade de pessoas em seus domicílios, com 238.142 pessoas ou 58,08% dos 410.050 habitantes listados. Desses, nada menos que 157.864 (66,29%) residiam em domicílios cujos chefes pertenciam ao setor de “Agropecuária”. Outrossim, ocorre uma concentração dos indivíduos brancos arrolados como chefes no mesmo setor. Dos 25.219 brancos listados respondendo pelos domicílios, 15.016 (59,54%) estavam engajados em atividades agrícolas. No geral, a média de pessoas residindo em domicílios chefiados por brancos foi de 9,44, ao passo que para aqueles que habitavam em localidades que desempenhavam atividades voltadas para a agropecuária a média de chefes da mesma qualidade subiu para 10,51. É bem provável que a alta concentração tenha ocorrido em função do número de escravos necessários para a labuta do eito.

Por outro lado, os setores de “atividades manuais e mecânicas” e de “Comércio” tiveram concentrações relativamente grandes de domicílios e de pessoas, com médias proporcionalmente altas. Assim, naquele setor, os brancos chefiaram 3.703 domicílios com 21.110 pessoas e média de 5,70, ao passo que, neste, alcançaram as cifras de 2.269, 18.840 e 8,30. Malgrado esses dois setores não terem as maiores médias de pessoas por domicílios se comparados aos de “Associações” e de “Mineração”,

Tabela 1- Distribuição da população branca, parda/mulata e crioula, por domicílios e por qualidade do chefe: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32*

Setores	Brancos			Pardos/Mulatos			Crioulos			Demais*			Total		
	D	P	M	D	P	M	D	P	M	D	P	M	D	P	M
Agropecuária	15.016	157.864	10,51	10.805	61.426	5,68	1.283	5.472	4,27	725	2.824	3,90	27.829	227.586	8,18
Mineração	380	6.151	16,19	583	3.218	5,52	505	1.784	3,53	367	1.330	3,62	1.835	12.483	6,80
Atividades manuais e mecânicas	3.703	21.110	5,70	8.743	37.226	4,26	2.464	8.213	3,33	554	1.696	3,06	15.464	68.245	4,41
Comércio	2.269	18.840	8,30	1.745	9.151	5,24	237	844	3,56	86	308	3,58	4.337	29.143	6,72
Serviços domésticos	37	398	10,76	102	451	4,42	100	244	2,44	29	68	2,34	268	1.161	4,33
Funções públicas	580	5.592	9,64	237	1.524	6,43	15	49	3,27	14	434	31,00	846	7.599	8,98
Outros setores	1.024	5.944	5,80	2.497	9.692	3,88	861	2.825	3,28	324	966	2,98	4.706	19.427	4,13
Desocupados	157	764	4,87	292	1.041	3,57	87	247	2,84	52	153	2,94	588	2.205	3,75
Associações	384	9.963	25,95	223	2.030	9,10	32	162	5,06	12	44	3,67	651	12.199	18,74
Indefinidos	1.669	11.516	6,90	2.987	12.728	4,26	1.054	3.308	3,14	602	2.450	4,07	6.312	30.002	4,75
Total	25.219	238.142	9,44	28.217	138.487	4,91	6.638	23.148	3,49	2.768	10.273	3,71	62.842	410.050	6,53

Fonte: Gráfico 1

Legenda: D = Quantidade de Domicílios; P = Número de pessoas; e M = Médias de pessoas por domicílios

*Demais = Africanos/ Pretos com 1.636 chefes, 4.818 residentes e média de 2,94; os cabras chefiaram um total 791 de domicílios, com 3.006 pessoas e média de 3,80; a categoria de “outros” tinha 129 chefes, 429 pessoas, com média de 3,33; e os “Sem Informação”, normalmente, atrelados à mobilidade ascendente chefiavam 212 domicílios, havendo 2.020 pessoas, sendo a média de 9,53 indivíduos por domicílio.

⁹ Nessa categoria estavam os africanos/pretos, cabras, “Outros” e os “Sem Informações”.

por exemplo, tiveram uma grande quantidade de chefes envolvidos em suas atividades, estando atrás apenas do setor de “Agropecuária”.

De imediato parece ser inapropriada a afirmação de Guedes no que tange ao “defeito mecânico” estar desassociado do elemento branco e da qualidade informar o status social (Guedes, 2008, p. 92). Como se verá, os pardos/mulatos tiveram comportamentos muito próximos aos brancos, e os crioulos tiveram uma participação relativa nas chefias, sobretudo nas que desenvolviam “atividades manuais e mecânicas”.

A larga abrangência das atividades agropecuárias se revela ao examinar a categoria de qualidade parda/mulata também. Dos 28.217 chefes pardos/mulatos, 10.805 eram agricultores ou pecuaristas e mais de um terço da população vivia sob a tutela de chefes dessa qualidade, 61.426, com média de 5,68. Outro setor em que a chefia parda/mulata se destacou foi o de “atividades manuais e mecânicas”, que teve uma média de 4,26 pessoas por domicílio, havendo 37.226 residentes e 8.743 chefes. Assim, comparativamente aos brancos, os pardos/mulatos tiveram uma participação mais efetiva neste setor, havendo mais pessoas vivendo juntas, mas com médias de pessoas por domicílios inferiores aos brancos. Pode ser que os critérios de diferenciação entre os brancos e pardos/mulatos, assim como desta última qualidade com relação aos crioulos (explicarei abaixo), estejam nas concentrações de pessoas por domicílio e, talvez, nas questões fenotípicas, embora essa última hipótese ultrapasse as possibilidades de verificação do presente trabalho.

A maior parte dos chefes crioulos estava distribuída em três setores por ordem de concentração: “Atividades mecânicas e manuais”, com 2.464 domicílios, 8.213 pessoas e a média de 3,33; “Agropecuária”, com 1.284 chefes, 5.472 residentes e média de 4,26; e o “Indefinidos”, como já frisei, havendo 1.054 chefes, 3.308 moradores e média de 3,49. Destaco que nada menos do que 23.148 indivíduos viviam em domicílios chefiados por 6.639 crioulos, sendo a média geral de 3,49 pessoas por domicílios de crioulos. Ou seja, dos 62.879 domicílios das Minas, mais de 10% eram chefiados por crioulos e mais de 5% da população de toda a província se encontravam nas propriedades desse grupo.

Esses dados de imediato se chocam com o que a historiografia vem demonstrando nos últimos anos de os crioulos serem escravos (Mattos, 2013, p. 119-124; Faria, 2004, p. 68; e Paiva, 2015, p. 203). Assim, como irei explorar em breve, mesmo que os crioulos fossem majoritariamente cativos, tinham uma participação ativa na economia mineira e chefiavam domicílios, com especial

atenção para o desenvolvimento de atividades ligadas ao “defeito mecânico”, mas permanecendo com a denominação de crioulo.

Aspecto a ser levantado é que, malgrado a quantidade absoluta de chefes pardos/mulatos (28.217) ter sido superior à de brancos (25.219) e de crioulos (6.638), havia mais pessoas residindo em domicílios de chefes brancos (238.142) e quantidades menores nos de crioulos (23.148) comparativamente aos pardos/mulatos (138.487). Talvez esses dados tenham uma relação com o status social dos brancos frente aos demais grupos e daí tivessem mais posses sobre escravos ou como se sugeriu, o fato de haver mais indivíduos brancos envolvidos na “Agropecuária” tenha incidido na quantidade de escravos e, por isso, há essa concentração presente nos dados. Por outro lado, para dirimir as dúvidas, passarei a verificar a distribuição de pardos/mulatos e crioulos pelas suas “relações com os chefes” nos vários setores econômicos, com especial atenção para as “Atividades manuais e mecânicas”.

Qualidades e suas distribuições de acordo com as relações com os chefes: Minas Gerais, 1831-32

Com o Gráfico 2 passarei a utilizar um recorte de dados mais tradicional entre os estudiosos que procuram reconstituir a estrutura ocupacional tendo como base listas nominativas. Como já observei, a identificação ocupacional nos Mapas de 1831-32 era bem mais completa em se tratando de chefes de domicílio e lamentavelmente irregular para os demais moradores: parentes, escravos, agregados¹⁰. Foi por isso que Godoy e Paiva, por exemplo, restringiram suas análises às ocupações atribuídas aos chefes de fogos (Godoy e Paiva, 2010).

Antes de entrar nas questões relacionadas à estrutura ocupacional, vale observar que os dados revelam a típica predominância de brancos e de pardos/mulatos na chefia (Tabela 1) ou no parentesco de chefes dos domicílios mineiros do início da década de 1830: os brancos tiveram 56,14% (61.136) listados como chefes e seus parentes, os pardos/mulatos chegaram a mais de 46% (62.877) de seu total populacional nessa relação com os chefes, i.e., foi mais comum entre os brancos estarem ligados diretamente à chefia ou ao parentesco com os chefes do que os pardos/mulatos, embora, em termos absolutos, a quantidade de pardos/mulatos fosse superior.

Com relação ao parentesco com os chefes, aglomerei todos os indivíduos que eram parentes diretos (linhas

¹⁰ Considerei como agregados todos os moradores dos domicílios cujas relações com chefes não eram de parentesco explícito e, também, não foram listados como escravos.

reta e colateral), ou seja, aqueles que tinham ligações sanguíneas com os chefes e os parentes por afinidades, que se conectavam, sanguineamente, mais com os cônjuges do que com os chefes propriamente ditos¹¹. Acredito que, ao agrupar os parentes dos chefes dessa maneira, estou, na verdade, reforçando a possibilidade de compreender que ter alguma ligação de parentesco com os chefes faria com que os indivíduos fossem listados na mesma qualidade destes (Guedes, 2008, p. 90), o que parece ser provado nas Tabela 2, 2.1, 2.2 e 2.3, no próximo subitem.

Pelo Gráfico 2, havia um certo equilíbrio entre a distribuição da população mineira por suas relações com os chefes: 35,62% (146.878) eram chefes e parentes, 31,47% (129.063) foram listados como agregados, e 32,90% (134.909) estavam arrolados como escravos.

Ao analisar os brancos e os pardos/mulatos, aqueles tinham uma quantidade grande de indivíduos listados como agregados, 47.761, significando 43,86% dos 108.897 indivíduos listados como brancos, ao passo que estes tiveram um percentual ainda superior de agregados: 44,98% (60.764) dos mais de 135.000 pardos/mulatos. Ainda, 8,48% (11.450) desse grupo foram declarados cativos. Esse número significou um percentual levemente superior a 8,49% de todos os 134.909 escravos listados nos Mapas.

Ou seja, mesmo que predominassem pardos/mulatos como chefes, parentes e agregados, i.e., livres e libertos, havia um percentual nada desprezível de mancipios sob essa categorização.

Dos 64.168 africanos/pretos, nada menos do que 92,34% (59.250) eram escravos, havendo 3,46% (2.220) de chefes e parentes, e 4,23% (2.714) de agregados. Esses dados, quando comparados à Tabela 1, demonstram que a maioria (1.636) desses chefes e parentes lideravam os domicílios, havendo poucos parentes de fato, o que me permite afirmar: 1) dificilmente um chefe africano/preto tinha parentes listados por serem, provavelmente, africanos; e 2) por serem poucos chefes e parentes, e agregados, possivelmente a qualidade se alterava ao se tornarem forros. Contudo, essas são meras especulações.

Com relação aos 82.494 crioulos listados, mais de 67% (55.982) eram escravos, 16,77% (13.834) estavam no grupo de agregados e 15,37% (12.678) eram chefes ou parentes. No cômputo geral, os crioulos representaram 8,68% de todos os 146.078 chefes e parentes; 10,72% dos 129.063 agregados; e 41,50% de todos os escravos. Isso pode informar que a participação de crioulos entre os livres e forros não era nada desprezível, embora fosse efetiva entre os mancipios. Novamente, esses achados estão

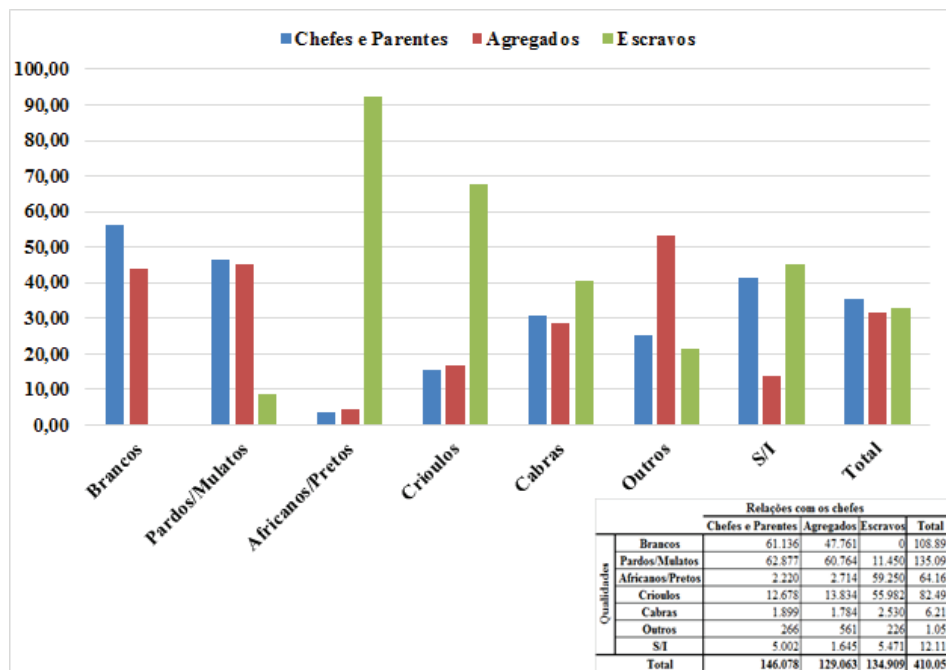


Gráfico 2 – Distribuição da população, segundo qualidades e as relações com os chefes – Minas Gerais, 1831-32

Fonte: Gráfico 1

¹¹ Parentes em linha reta (pai, mãe, avô, avó, filho, filha, expostos, órfãos, enjeitados, neto, neta, bisneto, bisneta); em linha colateral (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha, primo e prima); e parentesco por afinidade (os parentes da esposa em linhas reta e colateral, além dos indiretos [genro, nora, cunhado e cunhada]).

relativizando os apontamentos historiográficos (Mattos, 2013; Faria, 1998; Lara, 2004; e outros).

Os dados até aqui informam similitudes e diferenças com relação às pesquisas mencionadas. Generalizando, brancos e pardos/mulatos aparecem majoritariamente como chefes e parentes nos diversos domicílios mineiros (Tabela 1 e Gráfico 2). No entanto, havia pardos/mulatos escravos, contradizendo em parte o aventado pela historiografia de que a tendência seria o desaparecimento das qualidades pardos/mulatos livres (Mattos, 2013, p. 104; Faria, 1988, p. 120; Faria, 2004, p. 68; Guedes, 2008, p. 88-89; Machado, 2008, p. 118; Libby, 2010, p. 57; Paiva, 2015, p. 159-162; e Ivo e Santos, 2016, p. 126-127). A meu ver, a questão era bem mais complexa. Obviamente, a qualidade parece ter remetido a um lugar social, mas não era estanque. Assim, poderia haver um domicílio chefiado por um crioulo, com agregados brancos e escravos pardos/mulatos, relativizando as análises feitas pelos estudos historiográficos.

Neste ponto, chamo especial atenção para o afirmado por Paiva e Faria. Paiva descreve os pretos como africanos forros. Afirma que tal uso se daria aos ex-escravos oriundos da África nos testamentos e nos inventários do século XVIII (Paiva, 2016, p. 71). Pelos dados dos Mapas, ocorria exatamente o contrário. O termo africano/preto teve mais de 92% dos seus indivíduos listados sob a condição legal de escravo, significando que, no período abordado, a categorização estava atrelada à condição cativa impreterivelmente, embora houvesse chefes africanos/pretos.

Sheila de Castro Faria, por sua vez, afirma que “As referências mudam, quando se trata de libertos e livres. Era impossível, então, haver um negro livre e, assim como o negro, também era impossível haver crioulo livre, pois crioulo era termo só para escravos nascidos no Brasil” (Faria, 2004, p. 68). Reconheço que, no plano geral, a partir do Gráfico 2, a informação da autora parece ser verdadeira, pois a maioria dos crioulos se encontrava em cativeiro. Não obstante esse dado seja verificável, ressalto que mais de 30% destes eram forros ou libertos.

Parece que havia a tendência da fonte em listar parentes e agregados a partir da condição legal do chefe. O que chama atenção é o fato de o termo crioulo não ser sinônimo de escravo, tal qual affiançado por Faria; de que nem todo pardo era forro ou livre, como descreve Guedes; e de que nem todo africano/preto era forro, como afirma Paiva. As questões relativas às qualidades se mostram mais complexas do que isso. Aparentemente, a hierarquia social, pseudoinformada pela qualidade, era mais flexível do que imaginavam os pesquisadores.

Último ponto a ser analisado relaciona-se ao afirmado por Cacilda Machado, ao estudar a região de São José dos Pinhais, no atual estado do Paraná, entre o final

do século XVIII e início da centúria seguinte. Machado descreve que “[...] o padrão de preenchimento da lista de integrantes dos domicílios me propõe a ideia de que, em sua hierarquia interna, muito frequentemente os agregados ocupavam uma posição próxima à dos escravos”. Mais adiante completa: “Enfim, para alguns senhores certos agregados eram quase parentes, e outros eram quase escravos. Desse exemplo se deduz também que certos agregados eram efetivamente (ainda que não legalmente) tidos como cativos” (Machado, 2008, p. 119-120).

Mas como deduzir isso ou demonstrar tal questão? A premissa da autora parece fazer sentido. Contudo, os dados do Gráfico 2 o contradizem? Seriam os agregados quase escravos no plano prático ou quase parentes? Poderia listar inúmeros exemplos nos dois vieses e não teria uma resposta arrematada. Fato é que havia chefes pardos/mulatos com agregados brancos e vice-versa na documentação que compulsei. No entanto, como passarei a analisar, os Mapas Populacionais apresentam a tendência de agregados e parentes serem listados de acordo com as qualidades dos chefes. Assim, parece-me que, se eram quase escravos, isso ocorreu no plano do cotidiano, tornando-se impossível de averiguar no presente estudo.

Relações com chefes e qualidades: análises e considerações sobre as “Atividades manuais e mecânicas”

A Tabela 2 revela a distribuição dos domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos, de acordo com as suas relações com os chefes e as qualidades contidas nas “Atividades manuais e mecânicas”. Dos 51.639 indivíduos listados, 28.947 (56,06%) eram agregados, 13.243 (25,65%) eram parentes, e 9.449 (18,29%) eram escravos. Esses dados informam que havia uma predisposição para o uso do trabalho não escravo nesses domicílios.

Dentre os parentes e os agregados, mais de 60% eram pardos/mulatos, o que pode explicar o processo de “emparedamento” descrito anteriormente (Libby, 2010, p. 49). Todavia, é importante notar que quase 11% (1.400) dos parentes foram listados como crioulos e outros 13,65% (3.950) eram agregados, o que novamente informa a relativização do indivíduo crioulo ser considerado um escravo. Obviamente, quase 49% (4.572) dos cativos eram dessa qualidade, o que registra uma tendência, mas não uma premissa como inferem os estudos historiográficos. Essa certeza, aliás, se torna verossímil em relação aos africanos/pretos: dos 3.790 indivíduos, 3.487 eram mancipios.

Entretanto, quando analiso apenas os parentes em separado pelas qualidades dos chefes, na Tabela 2.1, ocorre um fenômeno típico de fontes censitárias: suas qualidades são listadas a partir das dos chefes de domicílios. Os brancos chegaram a 87,88% (3.075), os pardos/mulatos a 92,11% (7.492) e os crioulos tiveram 78,57% (1.265) de parentes da mesma qualidade, mas com 15,03% (242) sendo identificados como pardos/mulatos, ao passo que os brancos tiveram 7,49% (262) de parentes pardos/mulatos. Em suma, parece que haveria a possibilidade de parentes dos chefes crioulos e brancos serem denominados de pardos/mulatos, o que explicaria o “emparedecimento” da população, mas não a hierarquização ou a mudança de qualidade, enquanto mobilidade ascendente da população negra, uma vez que poucos parentes de brancos eram denominados de pardos/mulatos, qualidades estas tidas como inferiores à de brancos. Na mesma medida, ocorreu que os parentes de chefes crioulos eram pardos/mulatos e, portanto, podiam estar em uma classificação superior à dos crioulos, mas ser chefiados por estes.

Na Tabela 2.2 estão os domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos nas “Atividades manuais e mecânicas”, de acordo com a distribuição das qualidades do grupo de agregados. Do mesmo modo que os parentes, os agregados seguiam as qualidades de seus chefes. Essa tendência variou de 72,88% (2.854) entre os crioulos, passando a 78,76 % (6.229) nos domicílios de chefes brancos e a 91,33% (15.637) para os pardos/mulatos.

No entanto, nos domicílios de chefes crioulos mais de 21% (830) dos agregados eram pardos/mulatos, assim como quase 4% (315) daqueles dos domicílios de brancos

Tabela 2.1- Distribuição da população, por domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos, e segundo as qualidades dos parentes do chefe: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32

Relações com os chefes: parentes						
Qualidades	Brancos		Pardos/Mulatos		Crioulos	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Brancos	3.075	87,88	179	2,20	3	0,19
Pardos/Mulatos	262	7,49	7.492	92,11	242	15,03
Africanos/Pretos	2	0,06	16	0,20	18	1,12
Crioulos	8	0,23	127	1,56	1.265	78,57
Cabras	2	0,06	29	0,36	52	3,23
Outros	1	0,03	8	0,10	8	0,50
S/I	149	4,26	283	3,48	22	1,37
Total	3.499	100,00	8.134	100,00	1.610	100,00

Fonte: Tabela 2

Tabela 2.2- Distribuição da população, por domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos, e segundo os agregados do chefe: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32

Relações com os chefes: agregados						
Qualidades	Brancos		Pardos/Mulatos		Crioulos	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Brancos	6.229	78,76	297	1,73	28	0,72
Pardos/Mulatos	1.150	14,54	15.637	91,33	830	21,20
Africanos/Pretos	91	1,15	135	0,79	41	1,05
Crioulos	315	3,98	781	4,56	2.854	72,88
Cabras	24	0,30	134	0,78	140	3,58
Outros	19	0,24	23	0,13	12	0,31
S/I	81	1,02	115	0,67	11	0,28
Total	7.909	100,00	17.122	100,00	3.916	100,00

Fonte: Tabela 2

Tabela 2- Distribuição da população, por domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos e por relações com o chefe: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32

Relações com os chefes: total								
Qualidades	Parentes		Agregados		Escravos		Total	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Brancos	3.257	24,59	6.554	22,64	0	0,00	9.811	19,00
Pardos/Mulatos	7.996	60,38	17.617	60,86	989	10,47	26.602	51,52
Africanos/Pretos	36	0,27	267	0,92	3.487	36,90	3.790	7,34
Crioulos	1.400	10,57	3.950	13,65	4.572	48,39	9.922	19,21
Cabras	83	0,63	298	1,03	283	3,00	664	1,29
Outros	17	0,13	54	0,19	14	0,15	85	0,16
S/I	454	3,43	207	0,72	104	1,10	765	1,48
Total	13.243	100,00	28.947	100,00	9.449	100,00	51.639	100,00

Fonte: Gráfico 2

eram crioulos. Assim, como explicar a possibilidade de existir um domicílio chefiado por crioulo, com parentes pardos/mulatos, agregados crioulos e cativos pardos/mulatos refletir a ideia de hierarquização das qualidades?

Em São Vicente Ferrer de Formiga, distrito do termo de Tamanduá, ocorreu um caso ilustrativo, quando Antônio Joaquim Cardoso e Joaquina, casados e identificados como brancos, listaram os agregados e os escravos de seu domicílio em 1831. Entre aqueles estavam dois brancos, dois africanos/pretos e um crioulo, enquanto esses foram formados por cinco africanos/pretos, três crioulos e um pardo/mulato (Poplin-Minas 1830, s/d, Distrito de São Vicente Ferrer de Formiga). Assim, como mensurar as diferenças hierárquicas entre os agregados de qualidades distintas? Ainda, como formular diferenciações sociais se havia pardos/mulatos cativos, crioulos e brancos agregados, e brancos parentes e chefes?

No entanto, teço uma hipótese, que uso exclusivamente para os Mapas Populacionais e não para outras fontes: pode ser que uma forma de ascender socialmente fosse através da associação como agregado em domicílios de brancos. Assim, residir sob a chefia de um branco tornaria o indivíduo um branco em potencial. Todavia, pode ser também que a categoria de agregado tenha combinado uma série de pessoas que não poderiam ser socialmente demonstradas, como os bastardos, por exemplo.

Entre os escravos, a maioria era africano/preto e crioulo, como ficou demonstrado no Gráfico 2 e está na Tabela 2.3. Nos domicílios de chefes classificados como brancos, quase 50% (2.925) dos cativos eram crioulos e mais de 35% (2.119) eram africanos/pretos, havendo 11,61% (689) de pardos/mulatos. Para as residências sob o comando de chefes pardos/mulatos, havia 47,57% (1.515) de crioulos, 38,24% (1.218) de africanos/pretos e mais de 8% (259) de mesma qualidade que os chefes. Por último, entre os poucos cativos pertencentes aos chefes crioulos

Tabela 2.3- Distribuição da população, por domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos, e segundo os escravos do chefe: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32

Qualidades	Relações com os chefes: escravos					
	Branços		Pardos/Mulatos		Crioulos	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Branços	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pardos/Mulatos	689	11,61	259	8,13	41	14,96
Africanos/Preto	2.119	35,72	1.218	38,24	150	43,99
Crioulos	2.925	49,30	1.515	47,57	132	38,71
Cabras	169	2,85	107	3,36	7	2,05
Outros	5	0,08	9	0,28	0	0,00
S/I	26	0,44	77	2,42	1	0,29
Total	5.933	100,00	3.185	100,00	331	100,00

Fonte: Tabela 2

(331), 43,99% (150) eram africanos/pretos, 38,71% (132) foram classificados como crioulos, e 14,96% (41) tiveram imputadas as categorias de pardos/mulatos.

Em resumo, essa Tabela, juntamente com o Gráfico 2, serve para relativizar a hierarquia social dada às qualidades pela historiografia, pois como explicar o fato de em um domicílio haver um pardo e um crioulo escravizados, sendo aquele superior a este socialmente falando? Do mesmo modo, parece que a questão girou em torno da propriedade de cativos e não necessariamente a posição social. Assim, ter muitos escravos pode ter contribuído para ser rotulado de branco, ter posses medianas pode ter feito que o indivíduo fosse classificado como pardo/mulato, ao passo que as posses pequenas seriam destinadas aos crioulos.

Tamanhos dos domicílios como critério de diferenciação das qualidades

Conciliando os dados sobre a chefia demonstrados na Tabela 1, em conjunto com os retirados na Tabela 2.3 para os escravos, formulei a Tabela 3, abaixo, que revela a média de escravos por domicílios de chefes brancos, pardos/mulatos e crioulos, que praticavam as “Atividades manuais e mecânicas”.

Malgrado se tenha visto o número de chefes brancos (3.703) ter sido inferior ao de pardos/mulatos (8.743), a média de escravos nos domicílios daqueles era superior à desses: 1,60 contra 0,36. Com relação aos domicílios de crioulos, a média declinou sensivelmente para 0,13 cativo por domicílio.

Esses dados podem evidenciar os recursos dos arroladores para qualificar os chefes de domicílios: a média de escravos por residência. Assim, não parecem equivocadas, ao observar os dados da Tabela 3, as análises feitas por Machado de que os domicílios de chefes brancos eram mais populosos do que os dos demais (ver Tabela

Tabela 3- Distribuição dos domicílios chefiados por brancos, pardos/mulatos e crioulos, segunda a quantidade de escravos e média de cativos: atividades manuais e mecânicas – Minas Gerais, 1831-32

Qualidades	Chefes	Escravos	Média
Branços	3.703	5.933	1,60
Pardos/Mulatos	8.743	3.185	0,36
Crioulos	2.464	331	0,13
Total	14.910	9.449	0,63

Fonte: ver Tabelas 1 e 2.3

1) e de que, também, possuíam mais escravos (Machado, 2008, p. 124-125).

Além disso, a posse de escravos parece ter sido um aspecto balizador das hierarquias sociais engendradas. Brancos teriam mais cativos que todos os não brancos e, entre esses, os pardos/mulatos se destacariam, seguidos pelos crioulos. Em que pesem tais afirmações, é notório que a quantidade de mancipios foi utilizada para qualificar o indivíduo entre branco, pardo/mulato e crioulo.

Considerações finais

Parece legítimo afirmar que os Mapas Populacionais de 1831-32 apontam para a manutenção na forma de hierarquizar as qualidades em Minas Gerais com algumas distorções no que tange à historiografia: os crioulos aparecem de forma tímida chefiando domicílios, e os pardos/mulatos ainda se apresentam como sendo a qualidade de “homens de cor” com maior projeção social, tanto em consideração ao percentual de chefes quanto ao de proprietários não brancos de escravos.

Do mesmo modo, torna-se lícito asseverar que a hierarquia dependia muito de qual grupo estava em perspectiva de análise, pois algo em torno de 10% dos pardos/mulatos eram escravos, e ocorria de domicílios chefiados por crioulos terem pardos/mulatos escravos e brancos agregados.

Assim, esse trabalho se torna importante por tentar: 1) relativizar as hierarquias sociais diagnosticadas pelos estudos historiográficos; e por 2) demonstrar a riqueza das análises sobre as formas de classificação da população mineira a partir de uma fonte censitária de grande envergadura.

Parece que havia uma forma de classificar a população mineira, mas que dependia de sua relação com o chefe. Com isso, os chefes seriam qualificados a partir da quantidade de pessoas sob sua dependência, sobretudo em relação às suas posses de escravos; os parentes e os agregados estavam submetidos ao primeiro critério; e os escravos eram, principalmente, africanos/pretos e crioulos. Exposto isso, havia também uma forma de ordenação paralela que não respeitava a anterior, o que vem, novamente, relativizar uma estrutura classificatória pronta e acabada, demonstrando que ser crioulo, ser pardo/mulato, ser branco e, até mesmo, ser africano/preto tinha ligações indecifráveis do ponto de vista analítico para além da questão da mera condição legal.

Por último, parece-me importante, apesar das incongruências dos dados com as análises feitas por outros estudiosos, enfatizar que tais discrepâncias sugerem mais uma interpretação generalizante das pesquisas realizadas do que uma averiguação proposta pelos autores. Desse

modo, citando três autores em especial, seria sensato dizer que as reflexões fomentadas por Guedes estariam atreladas ao *locus* da pesquisa – Porto Feliz, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira da centúria seguinte; as de Machado para São José dos Pinhais, em período análogo ao de Guedes; e as de Paiva para os testamentos e inventários das Minas Setecentistas. Logo, as reflexões desse artigo pretendem relativizar as formas como a historiografia tem sido interpretada e não invalidar os estudos realizados.

Referências

- ANDRADE, C. 2001. Domicílios mineiros oitocentistas: uma caracterização segundo o sexo da chefe. In: T. BOTELHO *et al.* (org.), *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia, ANPUH-MG, p. 65-90.
- BARROS, J. 2014. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 252 p.
- CORRÊA, C. 2017. *Tráfico negreiro, demografia e famílias escravas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX*. Curitiba, Prismas, 234 p.
- FARIA, S. 1998. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 432 p.
- FARIA, S. 2004. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)*. Niterói, RJ. Tese (Titular). Universidade Federal Fluminense, 278 p.
- FORBES, J. 1988. *Black Africans and Native Americans: Color, Race and Caste in the Evolution of Red-Black Peoples*. Oxford, Basil Blackwell, 345 p.
- GUEDES, R. 2008. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro, Mauad X; FAPERJ, 401 p.
- GUEDES, R. 2014. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças: escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). In: J. FRAGOSO; M. GOUVÊA (org.), *O Brasil Colonial, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 339-380.
- GODOY, M.; PAIVA, C. 2010. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *REBEP*, 27(1):161-191.
- IVO, I.; SANTOS, O. 2016. Mestiçagens e distinções sociais nos sertões da Bahia do século XIX. *Revista de História Regional*, 21(1):110-129. <http://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.21i1.0005>
- LARA, S. 2008. A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América Portuguesa. In: J. FURTADO (org.), *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo, Annablume, p. 361-374.
- LARA, S. 2004. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Campinas, SP. Tese (Livre-Docência). UNICAMP, 375 p.
- LIBBY, D. 2010. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: E. PAIVA *et al.* (org.), *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo, Annablume, p. 41-62.
- MACHADO, C. 2008. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na*

- produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro, Apicuri, 218 p.
- MATTOS, H. 2013. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 383 p.
- MENESES, J. 2013. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 361 p.
- PAIVA, E. 2015. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte, Autêntica, 301 p.
- PAIVA, E. 2016. Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: E. PAIVA et al. (org.), *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens*. Belo Horizonte, Garamond, p. 57-81.
- RODARTE, M. 2008. *O trabalho do fogo: perfis de domicílio enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte, MG. Tese (Doutoramento). Universidade Federal de Minas Gerais, 365 p.
- RODYCZ, W. 2003. O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. *Justiça & História*, 3(5):35-72.
- VIANA, L. 2007. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, Unicamp, 238 p.
- ZUÑIGA, J.-P. 1999. La voix du sang: Du métis à l'idée de métissagen em Amérique espagnole. *Annales*, 54(2):425-452. <https://doi.org/10.3406/ahess.1999.279755>

Fontes

- BLUTEAU, R. 1728. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, vol. 9.
- PINTO, L. 1832. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva.
- POPLIN-MINAS 1830. s/d. Listas Nominativas da década de 1830 de Minas Gerais. Disponível em: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em: 28/08/2018.
- SILVA, A. 1813. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa, Typographia Lacerdina, vol. 2.

Submetido em: 17/05/2020

Aceito em: 01/09/2020